

DO TRABALHO INDÍGENA PARA O NEGRO AFRICANO NA PARAÍBA COLONIAL: CONSTRUINDO NOVAS IDÉIAS E JUSTIFICATIVAS

Autores: Hallyson Alves BEZERRA¹

Gustavo Henrique SILVA²

Orientador: Prof. Dr. Luciano Mendonça³

Durante o Brasil Colônia, o uso da força de trabalho escravo para a exploração foi realizado de forma intensa. De início buscou-se estratégias para subjugar o povo indígena – chamado de negro da terra – a fim de fazê-lo servo do homem branco, sujeito ao trabalho em troca de pequenos objetos, conhecidos por mocambos, e em seguida de forma obrigatória. Posteriormente, com a dificuldade de sujeitar o índio ao trabalho forçado, optou-se pela escravização dos negros africanos. Como se deu o processo de transição da utilização do trabalho escravo indígena para a escravidão negra? Como ocorreram as construções das idéias acerca destas mudanças de discurso? De que forma ocorreu esse processo na esfera paraibana? Problematizaremos acerca destes dois tipos de mobilização social que tinham por objetivo a força de trabalho dentro de um sistema que perdurou até fins do século XIX, com a definitiva abolição da escravatura. Embora é inquestionável a discussão de que tanto negros e índios foram parte essencial do processo de formação territorial e política do Brasil, o objetivo deste artigo é justamente uma tentativa de justificar através das mudanças de mentalidades, de que forma esses dois grupos intencionalmente divididos pelo colonizador, tiveram seus valores reduzidos a servos, a tal ponto de submetê-los a meros objetos, resultado de um sistema que, *a priori*, representou considerável benefício para sistema econômico estabelecido pelo europeu.

A conquista da Capitania da Paraíba se fez em 1585, contudo, sua consolidação ocorreu mas precisamente no ano de 1599, após o acordo de paz entre os potiguaras e portugueses, de um lado, e os tabajaras e os franceses, do outro.

¹ Aluno do sexto período do Curso de História pela Universidade Federal de Campina Grande.

² Aluno do quinto período do Curso de História pela Universidade Federal de Campina Grande.

³ Professor Doutor do Departamento de História da UFCG.

Essa conquista tão exaustante tinha que reverter em bons resultados para o conquistador-colonizador. E a única atividade econômica então vantajosa que iria responder aos seus interesses mercantis seria a produção do açúcar. A várzea do rio Paraíba era fértil e promissora.⁴

A partir do estabelecimento de uma opção de atividade econômica lucrativa – neste sentido a produção do açúcar era a que gerava grande renda – ocorreram uma série de desdobramentos até que esta atividade lograsse êxito, como esperado. Logo, começava a se rever na mais nova região conquistada experiências semelhantes ocorridas em outras províncias da colônia: derrubada da mata atlântica, construção de fortalezas, instalação de engenhos, etc. Para que funcionasse com sucesso a forma de colonização optada era preciso a força de trabalho forçado, uma vez que não haveria recursos para pagamento de trabalhadores livres. Numa região eminentemente pobre até então, nem sequer contava com escravos de fora para as atividades necessárias.

O índio que habitava a parte costeira da Paraíba tornou-se a única opção. Havia mais uma vantagem em utilizá-lo: além de numeroso, esse índio costeiro da Paraíba tinha uma tradição agrícola já de todos conhecida. Na guerra de conquista, os portugueses estavam tão convencidos de que onde havia potiguar havia mantimentos que podiam sair do campo de batalha, confiados na farinha de mandioca e nos legumes das suas “despesas” e roças.⁵

Se de um lado o índio mostrou-se de grande ajuda para a conquista da Paraíba, devido a sua preparação e disposição natural para a guerra, de outro não representou a facilidade imaginada pelos colonizadores em trabalhar nos engenhos. A estrutura do índio faz dele parte da natureza, ou seja, ele só retira da natureza aquilo que possa suprir suas necessidades vitais, como a alimentação, e nada, além disso. O colonizador, de forma inversa, trabalhava para acumular riquezas e dessa forma o trabalho em demasia representava algo justificável para tal desejo.

A prática do escambo⁶ que, *a priori*, funcionou bem no sentido de que o colonizador conseguia explorar o trabalho dos índios, *a posteriori* não se mostrou viável, a partir do momento que o índio percebeu que não precisava trabalhar tanto, e de forma tão intensa para se viver bem. As leis a favor dos índios muito contribuíram para

⁴ MEDEIROS, Maria do Céu. O Trabalho na Paraíba Escravista (1585-1850). In: O Trabalho na Paraíba: Das Origens à transição para o trabalho livre. Vol. I João Pessoa: EDUFPA, 1999 p.p: 17-99

⁵ Op. Cit. Maria do Céu Medeiros, pág 25.

⁶ Os colonizadores acreditavam que, se a prática do escambo (troca da força de trabalho por objetos sem valor para o homem branco) funcionou bem no extrativismo do pau-brasil, a mesma experiência seria bem sucedida na Província da Paraíba.

as mudanças de mentalidades indígenas que acarretaram uma série de mudanças no discurso do explorador acerca da própria figura dos “negros da terra”⁷. Buscando brechas nessas leis, a exemplo da legislação sobre guerras justas, originária do direito de guerra medieval, os colonos conseguiram formas de explorar o trabalho de índios ao ponto da situação se agravar decisivamente. Como argumenta Maria do Céu Medeiros, o processo de expansão da pecuária no sertão vai alimentar o fornecimento do índio escravizado. Em tese, se o índio juridicamente era considerado livre, na prática era tratado como escravo, sob todos os aspectos.

Mas havia uma saída para o índio – que na experiência com os escravos negros não observamos tratamento semelhante – que desejasse de certa forma se ver livre do trabalho obrigatório: o batismo. Entretanto há uma série de implicações para essa decisão, como o deixar de ser índio para tornar-se súdito da coroa portuguesa. Abdicar do direito de ser ele próprio, embora danoso para suas próprias crenças ancestrais, dava-lhe o direito de ser um servo do estado, portanto, livre do trabalho escravo, contudo servo do estado. O índio uma vez submetido aos valores cristãos, tornava-se humanizado, livre do paganismo e dos costumes bárbaros.

O ritmo de trabalho nas produções dos engenhos era intenso, exaustivo muitas vezes, ao ponto dos índios morrerem de exaustão mais do que de doenças transmitidas pelo homem branco. Aos poucos o uso do trabalho dos nativos de terras brasileiras foi aos poucos se tornando perceptível como de difícil manutenção. O trabalho de evangelização dos missionários jesuítas muito contribuiu para a defesa da causa indígena, no sentido de que os representantes desta ordem monástica não admitiam o trabalho escravo. O índio começa a ser tachado de preguiçoso, pelo fato de que, em sua cultura, não haver preocupação com a acumulação de riquezas e, como falado anteriormente, não era intenção do índio retirar da natureza além do que realmente ele necessitava para sobreviver. Esse discurso ocorreu de tal forma intenso que, até nossos dias, é comum a maioria das pessoas acharem que ao índio não lhe agrada trabalhar (o conceito de trabalho passa também a ser relativo, do ponto de vista econômico ou representado por uma significação imaginária social).

⁷ Negros da terra era como os portugueses apelidavam os escravos indígenas no Brasil. A palavra "preto" aparece no século X e designa uma pessoa de pele escura, mais particularmente originária da África subsariana. A palavra "negro" passa a ser adotada no século XV com a escravização de africanos pelos espanhóis (como ilustra uma cena do filme *Amistad*). Por isso, um dos primitivos sentidos da palavra negro era, por conseguinte, "escravo".

Diante de todas estas dificuldades ao lidar com a mão-de-obra indígena, restou aos colonos recorrerem ao trabalho dos negros africanos. Se em torno do índio foram construídos discurso referentes a sua inabilidade com o trabalho, com o negro aconteceu o contrário: a força de trabalho vinda da África era vista como a mais adequada a suprir as necessidades do Brasil colônia.

Havia uma variante em relação ao olhar colonizador entre o índio e o negro: o negro escravo vivia como se fosse um animal. Não tinha nenhum direito, podendo ser vendido, trocado, castigado, mutilado ou mesmo morto sem que ninguém ou nenhuma instituição pudesse intervir em seu favor. Era uma propriedade privada, propriedade como qualquer outro semovente, como o porco ou o cavalo. Por essa razão particular aos “negros de Angola”⁸, quando um destes fosse considerado preguiçoso ou insubordinado, sobrevinham-lhe os castigos. Os exemplos de tortura são inúmeros uma vez que cada senhor de escrava usava seu próprio método de castigo. O mais conhecido certamente seja o “tronco”, método que consiste no acorrentamento do escravo numa tora de madeira e um feitor (ou algum escravo a mando deste) aplicava-lhe chicotadas até o ponto de ferir, mas não matar, já que um escravo valia muito economicamente para o senhor.

Logo foi alimentada uma idéia já existente no imaginário ibérico; a de que o trabalho era algo sem nobreza e sem motivo de orgulho. Trabalhar era um castigo de Deus ao homem pecador. Como os negros eram vistos como seres sem alma pela igreja, ele tornava-se assim o sujeito ideal na labuta da colônia.

O tráfico de escravos negros foi um negócio altamente lucrativo e imprescindível para o bom funcionamento das colônias portuguesas nas ilhas do Atlântico e posteriormente na América, estendendo-se até os tempos de império até o ano de 1888, com o fim desta atividade no Brasil. Exatamente o contrário ocorria com a escravidão indígena, já que os lucros com o comércio dos nativos não chegava até a metrópole.

Entendemos que tanto o índio como o negro foram de grande importância para a formação da colônia e, a suplementação do segundo sobre o primeiro pode ser justificada por fatores econômicos, acarretando assim as mudanças de discursos que produziram a idéias construídas sobre a imagem do índio ameríndio tido como preguiçoso. Pensar a partir desta compreensão é pensar de que forma a construção das

⁸ Todo escravo negro vindo da África era assim chamado.

idéias representa de forma significativa os caminhos que uma sociedade tomará para si como verdadeiras e inquestionáveis.

Referências bibliográficas:

GALLIZA, Diana Soares de. O Declínio da escravidão na Paraíba: 1850 – 1888. João Pessoa, EDUFPB, 1979.

MEDEIROS, Maria do Céu. O Trabalho na Paraíba Escravista (1585-1850). In: O Trabalho na Paraíba: Das Origens à transição para o trabalho livre. Vol. I João Pessoa: EDUFPB, 1999 p.p: 17-99

OLIVEIRA, João Pacheco de e FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. A Presença Indígena na formação do Brasil. Brasília, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.